



**Assessoria à Implementação de Propostas de  
Políticas Públicas de Fomento ao  
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional  
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores  
de Presidente Prudente**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

Presidente Prudente, 08 de janeiro de 2021

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### 1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões<sup>1</sup>, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de Presidente Prudente, objeto deste documento.



**Figura 1: Divisão regional do projeto**

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de Presidente Prudente**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Regional.
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura Familiar.
- ▣ Agentes de Desenvolvimento.
- ▣ Desburocratização e melhoria do ambiente de negócio (Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Inclusão produtiva/ Associativismo/Cooperativismo
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura Familiar;
- ▣ Inovação no setor público e economia criativa.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise, sendo que em cada uma das dessas alinha-se às questões referentes as sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados demográficos, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados sobre Produto Interno Bruto (PIB) na

<sup>1</sup> As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.

região, suas vocações econômicas e sobre o setor agropecuário; e

- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais, instrumentos de planejamento, dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes dos dados consistem, principalmente, em plataformas de dados públicos como os disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros, compreendidos em sua versão mais recente. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra de municípios do estado de São Paulo.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e

a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

## 2. A dimensão social

### 2.1 Características demográficas

A região de Presidente Prudente é integrada por 53 municípios cujo território apresenta 895.426 habitantes no ano de 2019, o que representa cerca de 2,0% da população do Estado de São Paulo. Comparativamente às demais, essa região é a 15ª mais populosa do Estado, embora seja formada por municípios com número de habitantes bastante distinto. No ano de 2019, o município de Presidente Prudente possuía 228.743 habitantes (cerca de 25% da população total da região) e Dracena – o segundo maior em população – representava 5% da população regional com 46.793 habitantes. Além disso, a região possui 28 municípios com menos de 10 mil habitantes, total que representa cerca de 55% dos municípios e são responsáveis por 15,2% da população.

Quanto ao crescimento populacional, entre 2018 e 2019, a região teve um aumento no número de habitantes na ordem de 0,48%, índice que coloca a região dentre as de menor crescimento populacional (quinta colocação). No entanto, a variação populacional entre os anos de 2018 e 2019 nos 53 municípios é

heterogênea, sobretudo os municípios de Pracinha (crescimento de 3,07%) e Flora Rica (retração de 2,33%).

Em relação à composição etária e por sexo, se destaca o uso de indicadores como o índice de envelhecimento, razão de sexo e razão de dependência. O índice de envelhecimento da região foi de 71,52, o que indica pouco mais de 71 habitantes com mais de 65 anos para cada 100 jovens de até 15 anos. Neste patamar, a região se encontra dentre as regiões com maior envelhecimento no Estado, ocupando a terceira posição nesse indicador. O índice de envelhecimento elevado na região pode conduzir os municípios a problemas de retração econômica e maiores gastos na área de saúde, elementos que devem estar no mapa dos gestores locais.

Em relação a razão de sexo, o valor do indicador foi de 102,63 homens para cada 100 mulheres, o que pode ser um desdobramento do perfil econômico da região e de fluxo migratório de mulheres jovens nos municípios menores da região, visto que a proporção de homens/mulheres é ainda maior nos municípios menos populosos.

A razão de dependência é de 43,6 pessoas economicamente dependente para cada 100 pessoas economicamente ativas, o que a coloca na 12ª posição estadual. Este fato

novamente se relaciona com o envelhecimento populacional regional e mostra o estágio demográfico para aproveitamento de uma população em idade de trabalhar. Em termos de fecundidade, a região ocupa a 17ª colocação no estado e sua taxa de fecundidade, em 2018, foi de 1,63 filho/mulher (2,97% menor em relação à média estadual e na 13ª posição do ranking estadual). Em relação aos índices de mortalidade, os 53 municípios somaram 6.953 óbitos (sendo 55,5% masculinos e 44,5% femininos) e representa 2,35% do total estadual.

Em relação à taxa bruta de mortalidade (indicador que revela a proporção do número de óbitos por 1.000 habitantes), a região possui 7,8 óbitos/1.000 habitantes (18,2% maior que a média estadual). Estes resultados são indicativos de que a região pode apresentar características que impulsionam a vulnerabilidade social e a mortalidade, como envelhecimento, violência urbana, falta de saneamento básico e oferta de saúde pública.

## **2.2 Características educacionais**

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A região de Presidente Prudente apresenta números inferiores de matrícula por docente em relação a média estadual, fator que indica certa folga da



rede pública de educação. No entanto, o número de matrículas por docente é baixo, elemento que pode apontar para fraca cobertura da rede em alguns municípios ou dificuldades do público-alvo acessar os equipamentos públicos. Nessa linha, em todas as etapas da Educação Básica existe concentração na faixa de 82% das matrículas na rede pública, sobretudo na modalidade EJA onde a cobertura da rede pública é de cerca de 98%.

Com relação ao ensino profissional e técnico, destaca-se o fato de a modalidade predominante ser o curso concomitante ao ensino médio e a dependência da rede pública, porém em escala menor, pois 80% das 6.780 matrículas desta modalidade de ensino provém da rede pública, totalizando cerca de 5.401 matrículas. Na rede técnica federal, a oferta de vagas se concentra em gestão e negócios, construção civil, informática e automação, perfil com grau de alinhamento razoável com os setores econômicos da região.

Por fim, o ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e os matriculados em saúde e bem-estar e agricultura superam a média estadual, mas há também claro foco na área de negócios, educação e engenharia. A região possui 17 instituições de ensino superior (2 públicas estaduais, 1 pública municipal e 14 privadas),

sendo 14 faculdades, 2 centros universitários e uma universidade.

Quanto ao IDEB, 90,6% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, indicador acima da média das regiões paulistas, com média 89,3% dos municípios. No entanto, nos anos iniciais do ensino fundamental a região de Presidente Prudente tem melhor índice de qualidade na educação em comparação com média estadual, onde a proporção é que 32,1% dos municípios estão abaixo das metas do IDEB, enquanto a média paulista dos municípios paulistas é de 42,5%. Em relação ao ensino médio, a região de Presidente Prudente tem 30,2% dos municípios abaixo da meta do IDEB, enquanto a média paulista é de 27,8% dos municípios.

O sistema público de educação em Presidente Prudente está coerente com a média paulista, com destaque aos anos iniciais de formação. Ainda assim é preciso atacar os problemas que persistem na incapacidade de abarcar as metas do IDEB na região.

### **2.3 Características da área de saúde**

Os 53 municípios da região respondem por cerca de 3% (ou 2.568) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. A estrutura hospitalar está compatível

com a realidade paulista, com leve descompasso no atendimento ambulatorial de atenção básica (cerca de 4 pontos percentuais menor) e participação maior no atendimento ambulatorial de média complexidade (5 pontos percentuais maior). O número de leitos de internação pela rede SUS está acima da média estadual (273 leitos/100 mil habitantes na região frente a 207 leitos/100 mil habitantes no estado de SP), fato que ocorre em função da oferta superior de leitos oferecidos pelo SUS e uma rede privada que oferece estrutura compatível com a realidade paulista. A região é a quarta com melhor cobertura de leitos pelo SUS.

No entanto, a região se mostra inferior na disponibilidade de leitos de UTI, sobretudo pela baixa oferta na rede privada. A região figura em posição intermediária perante as outras regiões (décima segunda colocação dentre as 28 regiões, com 7,7 leitos de UTI por 100.000). No entanto, a distribuição dos leitos por municípios não é homogênea, pois se concentra no maior município da região, Presidente Prudente.

Na comparação com o restante do estado, nota-se que há na região a ênfase na rede ambulatorial de média complexidade, que representa mais da metade dos estabelecimentos de saúde na região de Presidente Prudente (67,8%). Já a participação de atendimento ambulatorial básico representa

28,6%, fração inferior em comparação à média estadual (33%). Para o atendimento ambulatorial de alta complexidade, hospitalar de média e alta complexidade, a participação da região é residual e abaixo da proporção estadual.

Apesar de a estrutura hospitalar e ambulatorial da região situarem-se entre as maiores do estado, a disponibilidade de respiradores e ventiladores pulmonares demonstrou estar abaixo da média estadual (24,46 ante 39,18 por 100.000 habitantes). Esta realidade pode significar um problema no enfrentamento da pandemia do COVID-19, que tende a se alongar pelo menos para o primeiro semestre de 2021. No entanto, a rede SUS na região se encontra em estado intermediário na oferta deste equipamento com cerca de 20,4 respiradores/100.000 moradores.

As três causas mais comuns de internação foram: doenças do aparelho circulatório (11,57%), gravidez, parto e puerpério (10,90%) e doenças do aparelho digestivo (10,66%). Tais causas parecem estar coerentes com as características demográficas, cuja Taxa de Fecundidade total encontra-se ligeiramente acima da estadual (1,63% ante 1,68%).

Embora as internações decorrentes de gravidez, doenças do aparelho circulatório e digestivo somem mais de 40% das causas

totais, elas estão compatíveis com a realidade estadual (de fato, abaixo da proporção estadual). No entanto, é relevante pensar em políticas públicas específicas para essas públicas, como por exemplo a população idosa, que é mais afetada por enfermidades de origem respiratória.

O perfil de mortalidade segue o padrão apresentado no perfil de internações com maioria dos óbitos causada por doenças do aparelho circulatório (26,3%), neoplasmas (cânceres) (19%) e doenças do aparelho respiratório (14,7%). Ainda assim, mesmo somando mais de 50% das causas de mortalidade, tais doenças não incorrem na região de Presidente Prudente em proporção muito distinta da realidade do estado de São Paulo. Assim como as causas de internação, a maior proporção de idosos e sobremortalidade entre os homens na faixa etária dos 30 anos podem estar relacionadas ao perfil de mortalidade da região.

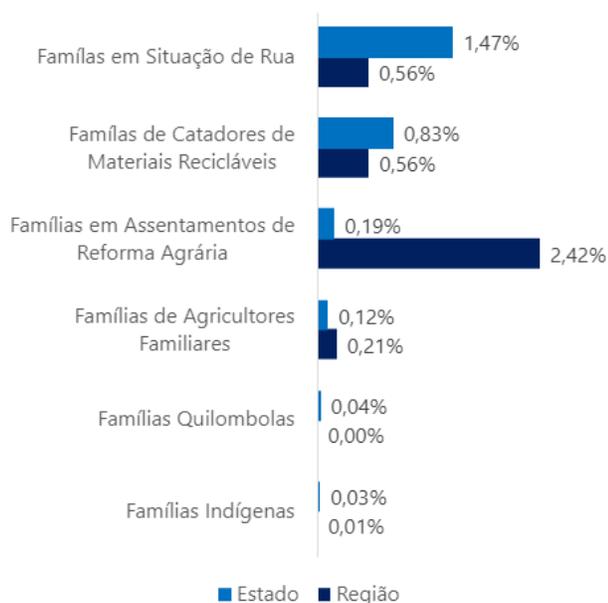
## **2.4 Características da Assistência Social**

A região apresenta volume considerável de equipamentos de serviços públicos, por vez até em proporção superior à sua representação populacional. Embora a análise não explicitamente os efeitos da implementação das políticas públicas por esses aparelhos, a cobertura das políticas de assistência social na

região é coerente. A região possui 59 CRAS e 19 CREAS respondendo por cerca de 5,2% e 6,4%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no estado e uma unidade do Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e 364 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência (4,5% do total estadual). Existem 49 Unidades de Acolhimento, equipamento público responsável pelo acolhimento institucional de indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

Entre as 92.472 famílias cadastradas no Cadastro Único (2,2% do total estadual), a região possui um perfil diversificado (indígenas, quilombolas, agricultores familiares, de assentamentos de reforma agrária, de catadores de materiais recicláveis e em situação de rua). Dentre estes perfis de família, a que se destaca em proporção do estado é a de famílias em assentamentos de reforma agrária, que representam 2,42% das famílias cadastradas na região de Presidente Prudente e onde se concentra 28,7% deste perfil em todo estado. Das famílias alocadas em outras categorias, a participação relativa é menor frente à média estadual, exceto as famílias de agricultores familiares. A composição desse perfil é um importante indicador da configuração

das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção (Figura 2).



**Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual**

Com relação ao cadastro único e à pobreza, Presidente Prudente possui mais cadastrados que a média das demais regiões (26,5% ante 23,3% da média estadual). Desses cadastros, a situação de extrema pobreza ainda é ligeiramente menor que a do estado, o que não minimiza essa questão, pois 8,4% do total de sua população estão nessa situação. Em resumo, comparativamente ao estado a região

possui um maior percentual de pessoas de baixa renda cadastradas, porém um percentual menor de pessoas em extrema pobreza. Ainda assim, a região de Presidente Prudente é a que possui um dos municípios mais vulneráveis, como Ouro Verde, o décimo quinto município com mais família em extrema pobreza.

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família. A região ocupa a 20ª posição com aproximadamente 10,4% de sua população recebendo o benefício com um ticket médio de R\$ 56,83 (inferior à média de R\$59,01). Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia do COVID-19, foi o auxílio emergencial. A região de Presidente Prudente ocupa a 9ª posição no *ranking* de beneficiados pelo programa, com 8,2% da sua população recebendo o auxílio emergencial (abaixo da média estadual de 9%).

Como consequência histórica da infraestrutura socioeconômico disponível para a população, a região apresenta, tanto para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quanto para o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)<sup>2</sup>, níveis compatíveis com a realidade do estado de São

<sup>2</sup> O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é formado por três indicadores sintéticos setoriais: renda, escolaridade e longevidade; e 5 tipologias para

municípios: dinâmicos, desiguais, equitativos, em transição e vulneráveis social. Maiores detalhes em < <http://www.iprs.seade.gov.br> >

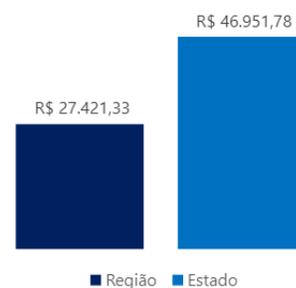
Paulo, com destaque para o eixo longevidade, fato que acompanha os valores elevados de índice de envelhecimento apontados anteriormente. Quanto ao IDHM, a região está na faixa inferior no Estado (21ª colocação) com os índices de Longevidade e Educação muito próximos da média estadual. Quanto à classificação dos municípios por grupos de IPRS, existe concentração nos grupos em Equitativos e Em Transição (mais de 50% da população reside em municípios classificados como Equitativos). Na comparação com o Estado, a população residente em municípios classificados como Equitativos é predominante.

## A dimensão econômica

### 3.1 PIB regional

Na comparação do PIB da região, a média estadual e as demais 27 regiões analisadas, evidencia-se a existência de grande diversidade econômica. A análise do PIB intrarregional mostra que os municípios paulistas são extremamente diferentes, pois alguns podem ser considerados “ricos” e outros “pobres”. Esta disparidade indica que o relativo desempenho econômico abaixo da média na região como um todo não pode ser explicado por fatores geográficos. Assim, existe potencial de crescimento da região, caso municípios com baixa geração de riqueza consigam alavancar sua produtividade. Para o ano de 2017 o PIB

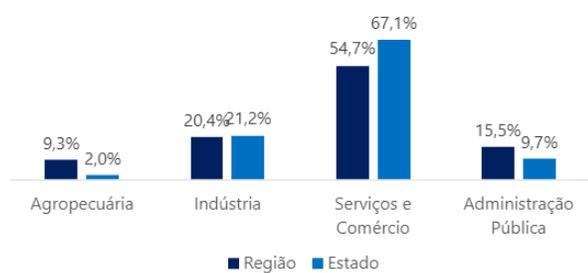
per capita da região de Presidente Prudente foi de R\$ 27.421,33 – cifra cerca de 58,4% do valor médio do estado, de forma que se trata de uma região de relativa vulnerabilidade socioeconômica. A região figura na faixa inferior do ranking de municípios, com o quarto PIB per capita do estado, o que está em linha com os níveis da renda do IPRS da região.



**Figura 3: PIB per capita na região de Presidente Prudente em comparação com a média estadual**

Em relação a composição do PIB da região de Presidente Prudente, é importante notar a importância do setor de serviços e comércio, que representa cerca de 54,7% do produto interno regional – ainda assim, menor que a média estadual de 67%. O setor industrial aparece em segundo lugar, responsável por 20,4% do PIB regional, também abaixo da média estadual de cerca de 21%. Chama a atenção a relevante representatividade da administração pública para a composição do PIB regional (15,5%), o que indica o espaço que a gestão pública teria para ocupar e desenvolver esta região, com instrumentos de

compras públicas e implementação de políticas públicas. A maior diferença é observada na representatividade da agropecuária para o PIB regional (9,3% ante a média estadual de 2%), demonstrando a vocação relativa da região de Presidente Prudente para esta atividade econômica, embora tenda a gerar menores valores de PIB per capita. A composição setorial do PIB de Presidente Prudente remete a estratégias de desenvolvimento local que integrem tecnologias industriais produzidas localmente e absorção destas por um setor agrícola com aumentos constantes de produtividade.

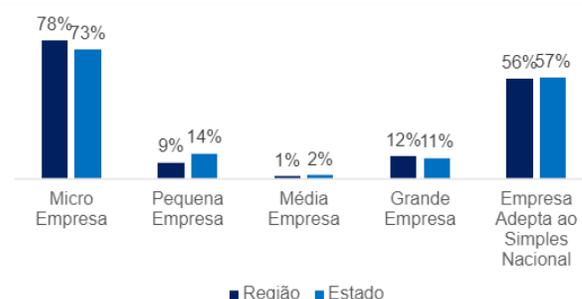


**Figura 4: Composição do PIB setorial na região de Presidente Prudente em comparação com o restante do Estado**

### 3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

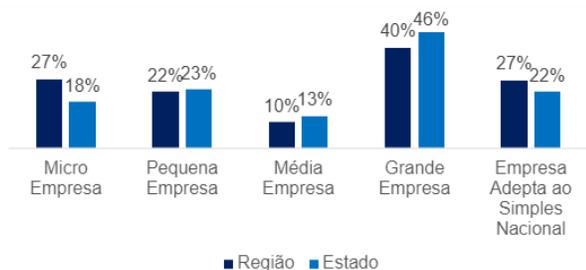
Na análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que Presidente Prudente possui maior prevalência de micro empresas quando comparada ao restante do estado (78%), o que demonstra a importância de políticas que incentivem este

tipo de empreendimento. Além disso, 56% das empresas da região são adeptas ao Simples Nacional.



**Figura 5: Distribuição das empresas na região de Presidente Prudente em comparação com o restante do Estado**

A importância das MPE's para o total de vínculos formais varia entre 32% e 58%, sendo que a região se encontra em uma posição intermediária, com 50% dos vínculos formais de emprego relacionados à MPE's. Verifica-se maior importância de grandes empresas na geração de vínculos empregatícios na região (40%). Ainda assim, este resultado demonstra que as grandes empresas empregam, na média, menos pessoas do que no restante do estado. No entanto, em relação com a média estadual, a participação das micro empresas é na faixa de 27%, proporção maior aos 18% da média das outras regiões.



**Figura 6: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de Presidente Prudente em comparação com o restante do Estado**

Por se tratar de uma região com menor desenvolvimento econômico, o rendimento médio dos trabalhadores é inferior àquele observado no restante do Estado, independentemente do porte da empresa. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores recebem o equivalente a 68,1% da média estadual. Presidente Prudente é a 3ª região com menor rendimento médio, alinhado assim com os resultados verificados para o PIB per capita (4ª região com menor valor entre as 28 regiões) e para o IDH. A baixa remuneração pode estar ligada diretamente com a baixa complexidade econômica dos setores dominantes, baixa produtividade da agricultura e da indústria, e fraca atividade sindical na região.

### 3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente está em nível bastante elevado, quando comparado às demais regiões do Estado. Para cada 1000 habitantes entre 15 e 65 anos há 300 vínculos formais, o que indica uma informalidade superior (4ª colocação) frente as outras regiões.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador no sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEI's). Para analisar a importância dos MEI's nas diferentes regiões do estado foram analisados o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). A região apresenta 79 MEI's registrados para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos e se situa dentre os níveis mais baixos entre as demais 27 regiões (terceiro mais baixo dentre as 28 regiões). Este indicador variou entre 78 para na região de Barretos até 100 na região do município de São Paulo (Capital Leste e Capital Sul)

A análise dos setores produtivos, por meio do quociente locacional (Tabela 1) calculado com base no número de vínculos formais por atividade produtiva, confirma que há vocação

para serviços, indústria primária e agricultura. Importante destacar a variedade de atividades industriais presentes na região, que não só são responsáveis por volume relevante de vínculos formais mas também pelo potencial econômico do estado de São Paulo. É notável a relevância da indústria de fabricação de alimentos (açúcar, principalmente), calçados, biocombustíveis e transporte terrestre. Além disso, é também importante para a economia da região o setor construção civil, alimentação, saúde, educação e comércio de forma geral e serviços.

Descrição do Setor Econômico	Região Valores Relativos (%)	Estado Valores Relativos (%)	Quociente Locacional
Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	3,7%	0,8%	<b>4,66</b>
Fabricação e refino de açúcar	3,3%	1,0%	<b>3,14</b>
Fabricação de calçados e de artefatos de couro	1,5%	0,5%	<b>3,35</b>
Fabricação de biocombustíveis	4,5%	0,3%	<b>13,29</b>
Construção	2,9%	5,2%	0,56
Comércio por atacado e varejo	34,3%	25,8%	<b>1,33</b>
Transporte terrestre	5,5%	4,8%	<b>1,14</b>
Alimentação	4,5%	5,2%	0,87
Educação	2,3%	2,8%	0,82
Saúde	2,5%	2,8%	0,90

**Tabela 1: Quociente Locacional com base no total de vínculos formais registrados na região e no Estado**

### 3.4 Atividades econômicas

Em função da relativa relevância do setor agropecuário na região, é importante apresentar um breve retrato da agricultura familiar em Presidente Prudente. Em primeiro lugar, os estabelecimentos classificados como agricultura familiar representam 73% do total dos estabelecimentos agrícolas, fato que aponta para a predominância de empreendimentos agrícolas de pequena escala na região. Além disso, a quase totalidade deste perfil de agricultores aderem ao programa de incentivo à agricultura familiar do governo federal (PRONAF). Em relação ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), do total de 21.488 estabelecimentos agrícolas registrados nos 53 municípios, 5.631 (26,2%) participam do programa (coerente com o conjunto do estado).

A análise do tipo de produção predominante na região oferece indícios sobre o perfil da vocação agrária de Presidente Prudente e pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo. As atividades que mais se destacam são: pecuária (78,4%), produção de lavouras temporárias (9,4%) e produção de lavouras permanentes (7,1%).



### **3.5 Associativismo e assessoria técnica para estabelecimentos**

Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agrícolas cerca de 43% aderem a algum tipo de associação, proporção superior à média estadual. Dentre os associados, a maioria dos estabelecimentos (69%) possui vínculo com cooperativa. Entidades de classe e associações de produtores representam igualmente 23% dos vínculos de associação dos produtores familiares. A aderência dos agricultores a algum tipo de associação coloca a região na 9ª posição no ranking estadual.

Em relação ao acesso a orientação técnica, cerca de 55% dos estabelecimentos agrícolas não acessam nenhum tipo de assistência técnica. Nos estabelecimentos que empregam assessoria, a maioria recorre a assessoria oferecidas por alguma esfera do poder público (54,5%), assessorias próprias (35,6%) e assessorias de cooperativas (15,4%). É importante destacar a baixa participação da assessoria proveniente de ONGs, poder público e do Sistema S pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar, com menores possibilidade de acesso a uma assessoria privada.

### **3.6 Emprego e níveis de ocupação em contexto de pandemia de COVID**

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico na região de Presidente Prudente a situação é a seguinte: com o aumento da taxa de desocupação no meses de abril, maio e junho, a região fecha o mês de julho de 2020 com elevado número de postos de trabalhos fechados em função da pandemia. Ao todo, entre janeiro e julho foram fechados 1436 postos formais de trabalho, com queda recorde em abril de -2.167 vagas fechadas.

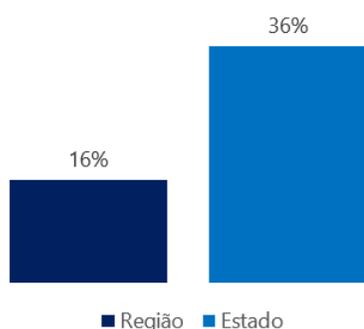
As empresas micro e pequenas foram proporcionalmente mais afetadas, em proporção com a média estadual, enquanto o resultado para as médias e grandes empresas foi positivo, mesmo com a média estadual com notável retração. A comparação regional mostra que mesmo com o impacto negativo, a região não foi das mais impactadas, demonstrando a resiliência da região mesmo em uma situação extrema.

O resultado da queda significativa dos empregos pode ser explicado pela sua vocação econômica voltada para os setores de comércio e serviços, setores que sentiram diretamente a diminuição da circulação de pessoas durante a pandemia.

## **3. Dimensão Institucional**

### **4.1 Gestão fiscal**

A região possui um nível de receita *per capita* abaixo da média estadual e com grande heterogeneidade nesse aspecto entre seus municípios. A região teve uma receita *per capita* (R\$ 3.388,42) significativamente menor do que a observada no estado (R\$ 3.910,65). Porém, uma característica comum a todas as cidades é a dependência de suas receitas de transferências (16,0% em média provém de transferências como FPM e ICMS).



**Figura 7: Participação Da Receita Própria**

Os municípios possuem uma participação das receitas próprias menor que a média do estado (média de receita tributária própria de 15%), exceto para o município de Presidente Prudente. Este perfil de dependência de transferência coloca a região de Presidente Prudente na sexta posição dentre todas as regiões. Na composição das transferências na região observa-se que, em 2018, a proporção de transferências federais é maior que a proporção de transferências estaduais. Esse padrão é diferente do restante do Estado, pois

as transferências estaduais possuem um maior peso nas transferências recebidas pelos municípios. Esta assimetria pode ser fruto de maiores aportes federais para sistemas de políticas públicas de natureza tripartite, como o caso da saúde e educação e menor participação na arrecadação de impostos de coleta estadual, como ICMS.

Do ponto de vista das despesas, a região possui um valor de gastos *per capita* inferior ao restante do estado (R\$ 2.865,05 ante R\$ 3.317,88). Quanto ao perfil de gastos, existem diferenças em relação a distribuição estadual, estando os maiores gastos em Educação, Saúde, Assistência Social e Agricultura. Os gastos com educação acima da média estadual pode ser um fator explicativo relevante da educação com índices de qualidade superior em comparação com a realidade estadual.

A região também possui um maior percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida que a totalidade do estado. Isso impacta diretamente na maior proporção de municípios acima dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ainda assim, 68% dos municípios estavam, no ano de 2018, em conformidade com a LRF fiscal (no estado 74% dos municípios estavam abaixo do limite prudencial em 2018).

Os indicadores de capacidade de pagamento (CAPAG) municipais mostram que a região possui uma proporção com nota final abaixo dos padrões observados nas demais cidades do estado, embora quase 50% dos municípios de Presidente Prudente não tenham dados suficientes para possuir nota CAPAG. Apesar disso, as notas de Poupança Corrente indicam um possível gargalo para uma melhor saúde fiscal de alguns municípios da região.

#### **4.2 Instrumentos de planejamento setorial**

O governo federal define constitucionalmente diversos mecanismos de planejamento governamental local. No entanto, há incentivos e conflitos diferentes para adequação da região em determinados planos. Esta é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS), onde o financiamento da política pública está incluso no desenho do plano federal.

Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ter menos incentivos de implementação, como ocorre em áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos e habitação que possuem legislações federais

mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou cujos incentivos federais são menores (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

Ainda assim, a região de Presidente Prudente se destaca por apresentar plano de gestão integrada de resíduos sólidos e plano municipal de segurança alimentar em proporções superiores da realidade do estado. Em algumas áreas há amplo espaço para atuação do poder público em planejamento, como políticas de gênero, cultura e transporte.

#### **4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais**

O nível de participação dos municípios em consórcios pode ser explicado por diversas razões: natureza das políticas públicas, proximidade geográfica, filiação ideológica dos líderes locais, etc. Áreas com esquemas mais propensos a colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da saúde. Políticas cujas regras federativas são menos favoráveis a esse tipo de arranjo apresentam experiências de consorciamento em menor proporção, como ocorre com a educação. A região de Presidente Prudente apresenta fraca atuação no consorciamento, visto que o número de



municípios participantes de consórcio é superior apenas na área de saúde e próximo da média no manejo de resíduos sólidos. Há, portanto, um amplo espaço para iniciativas de consorciamento, em áreas como cultura, transporte, desenvolvimento urbano e saneamento urbano. Ainda assim, cerca de 74% das cidades participam de pelo menos um consórcio, de forma que a região é a 11ª com taxas mais elevadas nesse quesito. Em resumo, a região possui, de forma geral, uma maior propensão ao consorciamento que a média estadual, embora maciçamente concentrada em consórcios de saúde, e apresenta amplo espaço de implementação destes arranjos para maior eficiência na entrega de serviços públicos.

#### **4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo**

No caso da Lei Geral, a região apresenta maior grau de implementação do que a média estadual (52% dos municípios não implementam ante 47%). Já no caso da Via Empresa Rápida, a região também está abaixo dos números médios estaduais (57% dos municípios implementam ante 69% da média estadual). Por fim, Sala do Empreendedor e SEBRAE são instrumentos menos usuais na região do que na média estadual. O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para o SEBRAE-SP orientar suas

ações de assessoria técnica na região, visando a melhorar sua performance, pois as médias estaduais parecem indicar que há espaços para tanto.

Em relação à performance comparada da região em relação às demais 27 do restante do estado, os dados revelam que Presidente Prudente não se encontra entre as mais bem classificadas na implementação dos instrumentos de gestão local: a) Lei Geral (nono pior); b) Via Empresa Rápida (quinto pior); c) presença do SEBRAE (sexta pior); d) Sala do Empreendedor (terceiro pior). A região, portanto, está dentre as regiões menos fornidas com equipamentos do SEBRAE. Este diagnóstico pode orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

No uso do poder de compras, a região apresenta franca debilidade, visto que menos de 19% dos municípios acima do nível básico. Quanto à desburocratização, a região está abaixo da média estadual, apontando para oportunidade de atuação nesse eixo. Em relação aos agentes de desenvolvimento, a região possui iniciativas com elevada maturidade, mas de forma geral está abaixo da média estadual. Na Rede Simples, a região



ocupa uma posição melhor que a média estadual no nível básico, mas com proporção muito abaixo da média estadual para o nível intermediário.

Novamente, há grande margem de ação do SEBRAE no sentido de fortalecer os mecanismos institucionais de ação na região. No entanto, cabe notar que os resultados encontrados são reflexo da presença de municípios pouco habitados e de fraca atividade econômica, configuração que não justifica instalação direta de equipamentos do SEBRAE.

#### **4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo**

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e

administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A grande maioria dos profissionais que respondem pelas políticas de inclusão produtiva não possuem empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, mas há uma oportunidade para o SEBRAE-SP atuar para que os demais municípios atendam ao disposto na legislação nacional. Há presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Para o SEBRAE-SP, esses dados reforçam a importância de capacitar as prefeituras para seguir atuando e ampliando suas iniciativas para atender esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Por outro lado, indica que, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras para desenvolver ações de formalização e de estruturação das organizações, por exemplo, por meio de sua inserção como MEIs ou trabalhadores autônomos.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ,



cooperativas e associações são igualmente relevantes. Assim, para o tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades devem fazer parte do público-alvo de intervenções na região. Por fim, relativo a este tema, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que possa ser avaliada a possibilidade de sua expansão, caso de 25% das localidades. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e perfil econômico, para avaliar-se oportunidade de incentivos nessa direção. Esta é mais uma área de atuação para o SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

#### **4.6 Compras governamentais**

Quanto aos resultados da pesquisa primária, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem e de alta escolaridade. Como resultado, 38,2% se autodeclarou empreendedor e 67,7% afirmou possuir um empreendedor na família, mostrando como esta característica está correlacionada com a gestão municipal. Quase a totalidade dos municípios (97,7%) usa do site da prefeitura para publicidade na gestão das compras e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de um terço

afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas e 13,6% afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe um espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras, com uma grande parcela que também frequenta cursos de atualização e capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Quanto à composição da merenda escolar, na maioria das cidades existem produtores familiares locais (85,4%). A maior parte da alimentação escolar é composta de frutas (89,2%) e vegetais (89,9%), além da presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários, é perceptível o espaço para evolução no processo de compras, em especial devido ao alto índice de compras realizadas por meio de dispensa de licitação, inclusive em proporção acima da média estadual. Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação é possível observar o relativamente alto índice de uso do pregão eletrônico, o que é positivo. Todavia, a



aderência à bolsa eletrônica de compras é nula na região. Também é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, pois o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.

#### **4.7 Inclusão produtiva**

A pesquisa de inclusão produtiva mostrou um universo diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades para o SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados predominam três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber

se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, os maiores provedores são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são as despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. A



questão é saber se se trata de um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, isso representa uma parcela muito reduzida do público alvo potencial, apenas considerando um indicador bastante singelo. Por outro lado, 15% das cidades atendem, em média, mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para identificar as possibilidades de aportar apoio às prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva próprias da região de Presidente Prudente, é importante destacar que cerca de 68% das cidades não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios dessa área. É significativo o número de cidades com ações de inclusão na região, tanto rural como para a geração de trabalho e renda – mais da metade dos municípios. Porém, há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas. As cidades investem mais em programas de aquisição de alimentos, assessoria técnica e gerencial, seguido de compras de produtos agrícolas, acesso ao crédito e compras de equipamentos e apoio logístico.

Nas iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra, atividade desenvolvida por 45% das cidades, chama atenção que 43% não possuem iniciativas nessa área. Dentre os que realizam atividades nesta seara, há um predomínio de ações de qualificação profissional e de mobilização e sensibilização para realização dos cursos.

Na área da inclusão produtiva rural, desenvolvida por 66% dos municípios, o oferecimento de suporte técnico e extensão rural e ações de aquisição de alimentos através de compras públicas. Em seguida ganha destaque ações de fomento a empreendimentos, aquisição de equipamentos e acesso ao crédito e seguro rural.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, parte relevante dos municípios (49%) desenvolve esse tipo de ação. Destaque para o fato de 96% das cidades disporem de equipamentos como Banco do Povo. É bem pouco empregado as ações de microcrédito produtivo e acesso ao crédito do Proger urbano, que aparecem em proporção muito abaixo da média estadual.

Por fim, nas ações de geração de trabalho e renda, sua existência é representativa nas cidades, mas 43% não possui iniciativas nesse campo. Ainda assim, as ações se concentram



em projetos de apoio à comercialização de negócios, cooperativismo e economia solidária.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de Presidente Prudente, mostram que se trata de uma política pública de relativa abrangência, ainda que existam diferenças entre as ações. Este é o aspecto mais importante. Por outro lado, é relevante o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo – fator que pode estar ligado ao número de municípios com baixa densidade populacional -, o que indica um espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar e ampliar a oferta dessas políticas em nível municipal.

#### **4. Considerações finais**

Considerando a análise realizada, vê que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de Presidente Prudente é bastante expressivo. Nesse sentido, essa seção final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. Importância de considerar o perfil predominante de pequenos municípios na região (55% até 10 mil habitantes) de base agrária, baixa complexidade econômica e elevada dependência de transferências federais, o que possui implicação no tipo de política pública a ser formulada. Nesse caso, para gerar economia de escala, o consorciamento e outras modalidades de associativismo podem ser ampliadas e qualificadas.
2. População com um nível de envelhecimento dentre os maiores do estado, de mais de 71 habitantes com mais de 65 anos para cada 100 jovens de até 15 anos, o que afeta a disponibilidade da PEA, influencia a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional em áreas como saúde e assistência social.
3. Vulnerabilidade social elevada, o que se reflete nas taxas de mortalidade igualmente mais elevadas que a média estadual e no PIB per capita – dentre os mais baixos das regiões de São Paulo. Nessa linha, o IDHM acompanha a renda per capita, sobretudo no eixo renda, em faixa inferior dentre as regiões paulistas.
4. Educação básica majoritariamente pública, com sinais de folga em todos os níveis, visto que a proporção de matrículas/docente é

menor que a média estadual em todas as faixas de formação. No entanto, esta folga pode ser enganosa, já que em alguns municípios o público das políticas educacionais podem não estar acessando as escolas. Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais.

5. Qualidade do ensino fundamental é um tema relevante, considerando as notas do IDEB piores ou no máximo equivalente à média estadual. Portanto, há um número relevante de municípios que não atingem a meta estadual, fato que exige melhor diagnóstico conforme a cidade. O consorciamento se apresenta como uma saída oportuna, visando realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).

6. Na saúde a questão mais crítica é o déficit hospitalar da rede privada, em complemento para a rede pública que oferece boa cobertura, principalmente no oferecimento de leitos de UTI. Diante do perfil mais envelhecido da população, a saúde pública se torna uma área com

desafios maiores, ainda mais considerando que a demanda deve crescer no cenário pós-pandemia. Como exemplo dessa questão, a quantidade de respiradores é bastante inferior à média estadual. Aqui a questão do consorciamento, já empregado na região, pode ser uma via de consolidação da estrutura de saúde.

7. Assistência social se encontra bem posicionada no quesito oferta de equipamentos públicos, com alguns equipamentos presentes em proporção maior que a participação populacional da região. Porém, a vulnerabilidade social é alta, medida pelo número de famílias no Cadastro Único que é maior que a média estadual, embora a extrema pobreza seja menor (8,4%), mas ainda assim elevada. Além disso, 25% das famílias da região estão inclusas no CadÚnico, porta de entrada para os programas sociais federais. Tem-se aqui um indicativo da importância de políticas de inclusão produtiva. No perfil de famílias cadastradas no CadÚnico há uma predominância de famílias em assentamentos de reforma agrária, indicando a necessidade de políticas de negociação de conflitos em torno da ocupação do solo.

8. Existe disparidade econômica regional, o que indica que programas redistributivos



como Bolsa Família são importante para equalizar desigualdades econômicas severas, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

9. Economia regional dominada pelos setores de comércio e serviços, seguidos de participação revelante da indústria e do agronegócio. Ainda assim, o setor industrial é concentrado em empresas de transformação, como fabricação de calçados, alimentos e biocombustíveis. Os setores de serviços e administração pública são importantes para a economia regional, o que indica caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento para potencializar a absorção tecnológica e diversificar esses setores. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

10. Quantidade de MPEs maior que a média estadual, embora seja interessante o aumento de escala empresarial para ampliação da oferta de empregos. As grandes empresas são as responsáveis pela maior oferta de empregos formais. É interessante pensar ações que permitam as MPEs ganharem maior escala e

produtividade, através de políticas de busca ativas de mercados nacionais e internacionais, absorção de novas tecnologias e implementação de melhores práticas de gestão. Nesse sentido o papel do SEBRAE é central como gestor de redes de negócios locais.

11. Informalidade dentre as mais altas de São Paulo (300 vínculos formais para cada 1000 habitantes da PEA) indica um espaço potencial para a expansão dos MEIs tanto na atuação do SEBRAE-SP como das prefeituras. Políticas de formalização de empresas, crédito direcionado e busca ativa de mercados nacionais e internacionais podem surtir efeitos positivos para maior contratação de mão de obra formal.

12. Sistema S com reduzida atuação de assistência técnica mostra um espaço de crescimento dessas atividades junto às empresas. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo entre as cidades e o SEBRAE-SP, ao menos para diagnosticar demandas de apoio técnico.

13. A pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das MPEs, deixando a região com saldo negativo de empregos até julho/2020, o que possivelmente se explica pela importância relativa do setor de



serviços e comércio, alimentação e educação, setores diretamente impactados pela restrição de circulação impostos pela pandemia. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.

14. Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com maior volume recebido do governo federal que o restante do estado. Porcentual de receitas próprias é de cerca de 16% na média regional, com destaque para o ISS. Claramente devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Ampliar o poder arrecadatório do município é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal. As políticas de tributação podem ser formuladas de maneira integrada com as políticas de desenvolvimento regional.

15. Melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge em função de a região gastar com recursos humanos mais do que a média estadual. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, além de integrar

tecnologias que acelerem e automatizem rotinas administrativas na gestão pública. No mais, é importante ressaltar o papel do SEBRAE como articuladores de intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.

16. Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal, como saúde e educação. Ainda assim, a região se destaca pela boa proporção de municípios que apresentam planos municipais de segurança alimentar e resíduos sólidos. Há ainda grande margem de ação para planejamentos de longo prazo, como mobilidade, habitação, políticas de gênero e turismo. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.

17. Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas, principalmente as que



envolvem maior integração tecnológica nas compras públicas.

18. De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, integração tecnológica para gestão, controle e monitoramento das políticas públicas, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP). Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.

19. O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. No entanto, a região de Presidente Prudente se destaca nos níveis de consorciamento, com mais de 74% dos municípios da região presentes em algum consórcio, embora exista predomínio de consórcios na área de saúde. Diante dos números que mostram políticas públicas com menos ênfase no associativismo, como o manejo de resíduos sólidos, o SEBRAE-SP pode ofertar apoio técnico para a instalação de consórcios.

20. Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas para reformulação dos

quadros do SEBRAE-SP, visto que a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.

21. Incentivo ao cooperativismo de setores informais figura como um campo de enormes possibilidades em face do levantamento realizado pela pesquisa primária. Há uma rede montada de equipamentos com cursos profissionalizantes, assistência técnica e crédito popular que pode ser melhor explorada. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.